



Amaral Netto afirma que a Aliança impedirá o fim do Cruzado II

Amaral admite que não derruba o compulsório

Apesar de estar lutando há quase um mês para tentar revogar o decreto-lei que instituiu o empréstimo compulsório, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), não tem esperanças de ganhar a briga com facilidade. Explica que, politicamente, a questão é muito delicada para parlamentares do PMDB e PFL, que não podem votar contra a vontade popular e que muito menos têm condições de "acabar com o governo vetando, por exemplo, o decreto do Cruzado II".

Amaral Netto afirma que mesmo com esta dificuldade o PDS insistirá na votação de urgência destes decretos mais relevantes. Esclareceu que o partido optou pelo mandato de segurança, pois o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto

Lucena, disse que para o encaminhamento do pedido de urgência seria necessário a assinatura das 18 lideranças partidárias. "Imaginem se o PMDB ou o PFL vão assinar este pedido", ironizou o líder do PDS.

A argumentação de Amaral Netto para derrubar o decreto do compulsório está baseada no fato "de não existirem mais fundamentações para a sua continuidade". Explicou que o ministro Dilson Funaro justificou sua criação com a falta de "fontes" para obtenção de recursos pelo governo federal, pois a inflação era zero, a "ciranda financeira" estava paralisada e os preços congelados. "Não preciso dizer que tudo isso — se começou — já acabou há muito tempo. Portanto o compulsório não tem mais razões de existir".

Só o PDS demonstra interesse

O PDS é o único partido que está tentando pressionar a presidência do Congresso Nacional para que sejam votados, com urgência, os decretos-leis do empréstimo compulsório e do Cruzado II. O PMDB e o PFL consideram que a discussão não merece comentários, já que todas as atenções estão voltadas, no momento, para a instalação das subcomissões da Constituinte.

Os partidos menores, por sua vez, querem que esta situação seja resolvida rapidamente, mas não endossam a idéia do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) que pretende impetrar um "mandado de segurança contra a mesa do Congresso Nacional, "que está impedindo o seu funcionamento pleno".

O líder do PCB na Câmara, Roberto Freire, afirmou que esse não é um problema que deva ser resolvido no judiciário. Para ele a Constituinte tem condições de demonstrar sua soberania exigindo que os decretos-leis sejam sobrestados, assim estaria derrubada a aprovação por decurso de prazo, o que acontece na maioria dos casos.

O deputado José Genoíno (SP), vice-líder do PT, não vê qualquer anormalidade no fato do Congresso Nacional não ter se reunido até o momento. Considera que esta "é mais uma confusão dentro do parlamento", que diante dos problemas da Constituinte não tem encontrado tempo para se reunir. Acrescenta que, "antes de se pensar em um mandato de segurança, é necessário que os partidos pensem em um enfrentamento político na Casa".

Apesar de todas estas divergências os pequenos partidos são unânimes em não aceitar que os decretos-leis continuem sendo aprovados por decurso de prazo. O líder do PTB, deputado Gastoni Righi (SP), acha que os parlamentares têm que encontrar alguma maneira para fazer valer o "direito legítimo de apreciá-los". Na sua opinião — que converge com a do PDS, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Humberto Lucena, presidentes da Câmara e Senado, poderão ser responsabilizados por este atraso, caso a situação não seja resolvida com rapidez.

Subcomissões começam a debater seus temas

Superadas as dificuldades de escolha de seus presidentes e relatores, as subcomissões da Constituinte estão começando a se reunir e a se organizar. Em ritmo lento — como vem sendo característico da Assembléia



—, seus membros tentam definir a metodologia ideal de trabalho, enumerar os temas específicos a serem debatidos e selecionar representantes de entidades que convidarão para as audiências públicas.

Na subcomissão do Poder Executivo, vinculada à Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, a questão central começou a ser debatida ontem, na primeira reunião. O tema: parlamentarismo versus presidencialismo. Pessoalmente, o presidente da subcomissão, deputado Albérico Filho (PMDB-MA), defende um presidencialismo "moderno", em que se conceda mais força ao Legislativo e haja a independência entre os três poderes. A impressão inicial que ficou dessa reunião, no entanto, foi a de que os membros, em sua maioria, são favoráveis a um parlamentarismo "híbrido", em que se mantenha a figura do presidente da República, junto à do primeiro-ministro.

Enquanto os debates não esquentam, a subcomissão espera receber a cópia de um projeto do deputado César Cals Neto (PDS-CE), em que é solicitada à Mesa da Constituinte que se pronuncie quanto ao direcionamento dos trabalhos, ou seja, se as discussões vão abordar apenas o parlamentarismo ou somente o presidencialismo. A subcomissão se reunirá todas as terças e quintas-feiras, das 9h30 às 11h30. Nesta segunda-feira, haverá sessão ordinária, às 18h30, quando será anunciada a metodologia de

trabalho, que está sendo organizada por uma comissão criada especialmente para esse fim. Mais ágil, a subcomissão dos Municípios e Regiões — ligada à Comissão de Organização do Estado — definiu na segunda reunião, ontem, as entidades que serão

convidadas para as duas primeiras audiências públicas que realizará. A primeira ocorrerá no dia 22, reunindo em um painel representantes do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Frente Municipalista Brasileira (FMB) e Associação Brasileira de Municípios (ABM).

Prefeitos, técnicos ou membros dos conselhos das regiões metropolitanas serão convidados para a segunda audiência pública. O painel, intitulado "As regiões metropolitanas do Brasil e a Constituinte; propostas", ocorrerá no dia 23. "A miséria, a pobreza dos municípios será o nosso tema principal", informa o deputado Luis Alberto Rodrigues (PMDB-MG), presidente da subcomissão, que se reunirá ordinariamente às terças, quartas e quintas-feiras, às 10 horas.

A definição da reeleição ou não de titulares de cargos executivos (presidente da República, governadores e prefeitos) será discutida terça-feira, às 10 horas, pelos membros da subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias.

Também será discutido e deliberado o problema das ineligibilidades e os prazos de desincompatibilização de ministros, secretários de Estado e dirigentes de empresas públicas. A primeira audiência pública da subcomissão — presidida pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) — será realizada em São Paulo.

Papel das Forças Armadas caberá a Jarbas Passarinho

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidiu ontem que o exame das normas constitucionais relativas ao papel das Forças Armadas caberá à Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições, através da subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. A comissão é presidida pelo senador Jarbas Passarinho, do PDS, coronel da reserva, e tem como relator o ex-secretário-geral da Arena e atual deputado peemedebista Prisco Viana. Na presidência da subcomissão está o deputado José Tavares (PMDB-PR), delegado de carreira, e como relator o deputado Ricardo Fiúza, do PFL, vice-líder da Arena no governo Médici.

A decisão de Ulysses foi adotada em resposta a uma questão de ordem formulada terça-feira pelo líder do PC do B na Câmara. Ao responder à questão de ordem, diante de um plenário desatento, Ulysses falou em tom quase inaudível, fato que levou o líder em exercício do PDT, Amaury Müller, a solicitar que o presidente da Constituinte repetisse a decisão para que todos pudessem ter conhecimento. Ulysses repetiu sua fala, provocando, em seguida, um acirrado debate da questão que, durante 20 minutos, envolveu os deputados comunistas Haroldo Lima e Aldo Arantes (PC do B), Amaury Müller e o vice-líder do PDS, Gerson Peres.

Haroldo Lima protestou contra a decisão, sustentando que ela representa "uma mudança na jurisprudência existente no Brasil a respeito de onde se trata da questão das Forças Armadas". Ele acha que essa questão deveria ser examinada na subcomissão relativa ao Poder Executivo, como ocorreu inclusive na elaboração da Carta de 67 e conforme o entendimento do relator do regimento interno da Constituinte, Fernando Henrique Cardoso.

O deputado baiano considerou a decisão "um achincalhe, uma desmoralização da Constituinte", salientando que "as Forças Armadas impuseram o que vai ser tratado da forma que elas querem". Haroldo Lima referiu-se ao presidente da comissão apenas como "coronel Jarbas Passarinho".

O pronunciamento do líder comunista foi contestado por Gerson Peres. O parlamentar pedessista sustentou que nas Constituintes de 34, 37, 46 e 67 a questão da segurança interna e externa — papel das Forças Armadas — fora tratada "dentro do âmbito da segurança nacional". A seu ver, "é estapafúrdio" colocar as Forças Armadas no capítulo do Poder Executivo.

Comissões querem novo prazo para trabalhos

Os relatores e presidentes de comissões e subcomissões reúnem-se hoje, às nove horas, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para modificarem os atuais prazos de funcionamento da Constituinte. Entre as mudanças estão a possibilidade de funcionamento de comissões e subcomissões inclusive nos períodos da tarde, nas terças, quartas, quintas e sextas-feiras.

A decisão que foi tomada na reunião de hoje será transformada em projeto de resolução e enviado a Mesa da Constituinte que o colocará em votação no plenário para alterar o regimento interno. A proposta foi feita pelo deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Organização e Finanças, e aceita, relutantemente, pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Os prazos regimentais detonaram a partir da promulgação do texto regimental e da eleição da Mesa. Prevêem que em 30 dias — seria o próximo dia 24 de abril, daqui a 15 dias — estejam concluídos os prazos para a apresentação de propostas de parlamentares em plenário. Estipulam ainda o prazo de quarenta dias para o trabalho das subcomissões, com a apresentação do parecer parcial ao relator da Comissão. O relator da subcomissão teria cinco dias para dar o parecer a todas as propostas apresentadas em plenário. Inclusive as formuladas em reuniões da subcomissão. Serra ponderou que esse prazo de cinco dias "é suficiente para a elaboração do parecer, que é um trabalho técnico simples, mas não para a negociação política em torno da formulação do parecer".

Ulysses só recuou em sua posição quando verificou que os relatores e presidentes estavam interessados em promulgar a Constituição este ano, e que se permanecesse irredutível em sua posição inicial, acabaria sendo suplantado pelo desenrolar do processo.

Deputados do NE vão a Sarney reivindicar

Atualização da política de incentivos fiscais do Nordeste, fim de racionamento de energia elétrica e diminuição dos altos juros que estão sendo pagos por pequenos e médios produtores. Estas e outras reivindicações constam de documento que centenas de parlamentares nordestinos pretendem entregar, ainda esse mês, ao presidente José Sarney.

Articulada pela bancada pefelista nordestina — tendo à frente o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) — a elaboração do documento resultou de uma série de encontros de parlamentares do Nordeste, que, reunidos ontem no Anexo IV da Câmara dos Deputados, aprovaram o teor das reivindicações.

"O objetivo é mostrar as dificuldades do Nordeste e apresentar algumas sugestões", ressalta o deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL). Já o deputado Manoel Castro (PFL-BA) frisa que o presidente José Sarney tem desenvolvido esforços em prol da região, como a criação do Ministério da Irrigação e a implantação do Projeto Carajás. Lembra, no entanto, que sendo o presidente um nordestino, "ninguém melhor, do que ele para saber dos problemas do Nordeste". E acrescenta que até em função disso, "os parlamentares vão cobrar do presidente uma postura de permanente defesa da região".

Miranda não vê clima para golpe de estado

Campo Grande — Não acho que exista nenhum clima de golpe, o que existe é um clima de falta de comando e o presidente da República precisa e deve assumir imediatamente esse comando. A declaração foi feita ontem pelo governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda Soares, ao comentar boatos de que um golpe de estado estaria sendo arquitetado pelo alto comando do Serviço Nacional de Informações (SNI). Miranda, que participou da reunião de quarta-feira em São Paulo, juntamente com os governadores do Rio, Minas e São Paulo, endossou o posicionamento do encontro em relação à troca dos ministros. O presidente da República terá todo apoio para fazê-lo, se julgar necessário.

— Essa história de golpe — acrescentou — acho totalmente ultrapassada. Entendo que não existe, por parte dos militares, nenhuma intenção ou a vontade de retornar nesse momento ao poder, diante de uma crise como a que estamos vivendo.

O governador sul-mato-grossense disse que o país não está diante apenas de uma crise econômica, mas também política, e enfatiza que o presidente José Sarney precisa ser fortalecido para assumir este comando. Foi explícito ao citar o monopólio do ministro Dilson Funaro sobre as questões econômicas, não concordando com os últimos procedimentos de seu ministério nas mudanças dos rumos da economia.